

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.630.015 - ES (2019/0361753-7)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
AGRAVANTE : RAFAEL LIMA PEREIRA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EMENTA

PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO. DOSIMETRIA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **RAFAEL LIMA PEREIRA** contra decisão que inadmitiu o recurso especial em razão da incidência da **Súmula 7/STJ**. (fls. 306/307).

Consta dos autos que o agravante foi condenado como incurso nas sanções do artigo 157, **caput**, do Código Penal, à pena de **05 (cinco) anos e 09 (nove) meses de reclusão**, no regime inicial **semiaberto**, mais **25 (vinte e cinco) dias-multa**. (fl. 152).

Em segunda instância, o eg. Tribunal **a quo** deu parcial provimento ao apelo para reduzir a pena do réu para **04 (quatro) anos e 09 (nove) meses de reclusão**, mantido o regime inicial **semiaberto**, mais **15 (quinze) dias-multa**. Eis a ementa do Julgado (fls. 276/277):

"APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO. AUTORIA. MATERIALIDADE. PROVAS TESTEMUNHAIS. CONFISSÃO. TENTATIVA. NÃO CABIMENTO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. NÃO CABIMENTO. DOSIMETRIA DA PENA. READEQUAÇÃO. CABIMENTO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

*1. A **materialidade** do crime de roubo - artigo 157, do Código Penal, está comprovada através do boletim de ocorrência de fls. 10/11, em especial, pelo auto de apreensão de fl. 16, pelo auto de entrega de fl. 17, assim como pelo auto de avaliação de fl. 18.*

2. A **autoria** é inconteste, tendo em vista que as provas colhidas em sede policial e contraditadas em juízo, são firmes em demonstrar que o acusado cometeu o crime de roubo consumado, ameaçando a vítima de causar-lhe mal injusto, tendo se evadido logo em seguida, no entanto, sendo capturado pelos policiais militares, com base na descrição passada pela vítima ao CIODES-190.

3. "(...). Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem, mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida a perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada. (...)." (REsp 1499050/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/10/2015, DJe 09/11/2015).

4. "(...) II - Inaplicável ao crime de roubo a causa supralegal de exclusão da ilicitude por tratar-se de delito que ofende o patrimônio e a integridade física da vítima, evidenciando maior grau de ofensividade, periculosidade e reprovabilidade da conduta, aptas a afastar a bagatela. (...)." (AgRg no AREsp 599.968/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 23/02/2016, DJe 04/03/2016).

5. Analisando a fixação da pena base, entendo que apenas a circunstância dos antecedentes restou devidamente fixada de forma desfavorável ao apelante, não tendo as demais, sido fundamentadas a contento, seja por fundamentação genérica, seja pelo fato de que sob a minha ótica, não é possível extrair dos autos e do histórico criminal do apelante elementos que justifiquem a valoração negativa de sua personalidade. Assim, reputo adequado fixar a pena base aplicada ao apelante para o crime de roubo - artigo 157, do Código Penal, cuja pena em abstrato varia entre 04 (quatro) e 10 (dez) anos de reclusão e, multa, em 05 (cinco) anos de reclusão e 20 (vinte) dias multa, em regime inicial semiaberto.

6. Recurso parcialmente provido."

Foi interposto, então, recurso especial (fls. 287/292), com fundamento no art. 105, inciso III, alínea **a**, da Constituição da República, o qual não foi admitido em razão da aplicação do verbete acima mencionado e, como consequência, a presente irresignação, onde se sustenta a não incidência do referido óbice.

Nas razões que embasaram o apelo nobre, a Defesa sustentou que o aresto hostilizado violou os artigos 59 e 68, ambos do Código Penal, por

fundamentação genérica ao exasperar a pena-base em razão de valoração negativa das circunstâncias judiciais referentes à **personalidade** do agente e às **circunstâncias do crime**. Pleiteou, portanto, a fixação da pena-base no mínimo legal.

O Ministério Público Federal opinou pelo **conhecimento** do agravo para não conhecer ou desprover o recurso especial (fls. 341/345), nos termos da seguinte ementa:

"ROUBO. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO COM FUNDAMENTO NO ART. 105, III, "A" DA CF. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 59 E 68 DO CP. PRETENSÃO DE REFORMA DA DOSIMETRIA DA PENA. SÚMULA 7/STJ. FUNDAMENTO DO RECURSO ESPECIAL NO MESMO SENTIDO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 284/STF. PENA-BASE FIXADA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL COM BASE NOS ANTECEDENTES. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PARECER PELO CONHECIMENTO DO AGRAVO, PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL; CASO CONHECIDO, PELO SEU DESPROVIMENTO."

É o relatório.

Decido.

O agravo não merece ser conhecido.

A parte agravante deixou de infirmar, de **maneira adequada e suficiente**, o fundamento apresentado pelo eg. Tribunal de origem, para negar trânsito ao recurso especial: o reexame do acervo fático-probatório (Súmula 7/STJ).

No recurso de fls. 314/317, o insurgente, além de diferenciar exame de valoração da prova, quanto ao óbice da Súmula 7/STJ, limitou-se a asseverar o seguinte:

"Resta claro, desse modo, que no presente caso, não se pretende proceder a um reexame de provas; a defesa concordou com as provas tais como estão postas, entretanto, entende que estas foram mal valoradas, no sentido de agravar de maneira inidônea a pena-base na primeira fase da dosimetria.

O que se pretende, pois, é adaptar a decisão recorrida aos

preceitos legais e não rediscutir matéria de prova, nem tampouco situação de fato.

Nítido que no presente caso não há necessidade de reanálise do conjunto probatório dos autos: a defesa propôs, tão somente, a discussão acerca de elementos que constituem a dosimetria da pena, qual seja, as circunstâncias judiciais. Desse modo, o âmbito de análise do pleito defensivo por parte do C. Superior Tribunal de Justiça, não se estenderia aos fatos, restringindo-se somente à matéria de direito, o que seria totalmente suficiente para julgamento do recurso.

Desse modo, desproporcionalidade constatada pela defesa é inerente à exasperação da base do acusado, durante a dosimetria da pena, que envolve a fundamentação empreendida pelo douto magistrado e o quantum de pena fixado, que fora confirmado pela Segunda Câmara Criminal do TJES, revelando a violação aos arts. 59 e 68 do CP.

[...]

*Finalmente, vale dizer, **o error in judicando neste caso é evidente, não havendo nenhuma necessidade de análise minuciosa dos autos para que a mesma seja identificada**, sendo o vício compreendido no quantum desarrazoado por parte do magistrado de primeira instância na pena base do agravante.*

Desta feita, há pretensão de resgatar vigência a inteligência dos art. 59 e 68 do Código Penal Brasileiro, tendo em vista que, tanto o julgador de primeira instância, quanto a Corte Capixaba, negaram-lhe a interpretação adequada." (fls. 314/315).

Em suas razões, o ora agravante não infirmou as razões empregadas pela eg. Corte de origem para inadmitir o recurso, demonstrando a inaplicabilidade do óbice utilizado para impedir a subida do recurso especial a esta Corte.

Com efeito, das razões colacionadas na irresignação, verifico que a parte não refutou a aplicação da **Súmula 7/STJ** de maneira adequada, pois não trouxe cópias do aresto recorrido e das razões do recurso especial, de maneira a demonstrar a não incidência do referido verbete sumular.

Desse modo, a ausência de impugnação dos fundamentos empregados pela eg. Corte de origem para impedir o trânsito do apelo nobre impede o conhecimento do agravo, cujo único propósito é demonstrar a inaplicabilidade dos motivos indicados na decisão de inadmissibilidade do recurso por meio de impugnação específica de cada um deles.

Este é o teor do art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, que autoriza o relator a não conhecer de recurso que tenha deixado de impugnar os fundamentos da decisão recorrida.

Na mesma direção, o art. 253, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, com redação dada pela Emenda Regimental n. 22/2016, autoriza o relator a não conhecer do agravo que descumpra a tarefa de infirmar as razões de decidir que levaram ao trancamento do recurso especial.

Conforme entendimento assentado nesta Corte:

"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADO. APLICAÇÃO DO ART. 544, § 4º, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - CPC DE 1973. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Descabido o conhecimento do agravo em recurso especial quando o agravante deixa de impugnar especificamente algum dos fundamentos adotados na decisão que negou seguimento ao recurso especial.

*2. Agravo regimental desprovido" (AgRg no AREsp n. 842.493/PR, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Paciornik**, DJe de 16/5/2016).*

Portanto, em respeito ao princípio da dialeticidade, a impugnação dos fundamentos da decisão deve ser clara e suficiente a demonstrar o equívoco na sua negativa em todos os pontos indicados pela decisão que negou trânsito ao recurso.

Diante do exposto, **não conheço** do agravo em recurso especial, nos termos do art. 253, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

P. e I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator